



Um futuro em comum

A política é o espaço do coletivo, das trocas, da cooperação. Uma andorinha não faz verão, não é mesmo?

Se é assim, por que não caminhamos juntos, ombro a ombro?

A decisão de fazer parte da política institucional, com uma representação política parlamentar, não nos separa das inúmeras ações tomadas cotidianamente para a construção de uma sociedade melhor. A política feita nas instituições não deve estar desconectada das ações de coletivos, ativistas e organizações de luta, ou de pessoas que, em suas atitudes do dia a dia, mostram que se preocupam e se ocupam com um futuro mais justo e sustentável.

E essa maneira de atuar deve valer desde o início. A construção de uma candidatura deve unir, incorporar e trazer consigo todos aqueles que compartilham os mesmos valores e propósitos, que têm uma mesma perspectiva sobre a atividade política e sobre o futuro da sociedade.

Queremos ter vocês com a gente nessa luta. Apresentamos aqui a candidatura do Mandato Popular Coletivo, coordenado por Djalma Nery, mostrando um pouco do que construímos e do que propomos na expectativa de somar novos companheiros e companheiras de luta, ampliando e fortalecendo essa construção política.



No que acreditamos

Acreditamos na necessidade de uma mudança profunda na forma como vivemos, na organização da economia e nas estruturas de poder.

A maioria das pessoas que nos governam pouco se importam com a pobreza, com o aumento da desigualdade e do sofrimento ou com o esgotamento de recursos naturais e a destruição do meio ambiente. Somos reféns da lógica individualista, da busca pelo lucro e da acumulação. A política é muitas vezes desprezada frente aos interesses econômicos da elite, que atropela os direitos fundamentais, a dignidade humana e a natureza.

Contra isso, nosso fazer político está baseado na construção coletiva como princípio democrático. O início e o fim são sempre as pessoas e o mundo em que vivemos, ou seja, o bem estar individual e coletivo, preservando a natureza.

Vemos a educação como acolhimento irrestrito, proteção frente à vulnerabilidade, desenvolvimento humano pleno e, finalmente, como realização das possibilidades que cada um traz consigo.

Queremos valorizar a cultura em sua riqueza de manifestações, na produção de reconhecimento, na intervenção política, na criação de significados e na invenção de um futuro melhor.

Defendemos a saúde pública como um direito fundamental, que deve ser assegurado pelo Estado. Ela é também a expressão da solidariedade e do cuidado mútuo em todas as etapas da vida.

Acolhemos e celebramos a diversidade humana em todas as suas expressões como valor e força social a ser defendida e cultivada.

Reconhecemos os movimentos sociais como espaços privilegiados de formulação e construção política, defendendo o fortalecimento dessas lutas e a sua presença nas ações institucionais.

O Estado, por meio de suas instituições, deve ser a expressão da construção coletiva e democrática, visando o bem público e a solidariedade. Ele deve assegurar a existência e a liberdade de todas, todos e todes.



O momento histórico

Um período de transformação em direção a uma sociedade mais justa e menos desigual foi interrompido com o golpe de 2016, seguido por sucessivos ataques contra a democracia e os direitos sociais. O que avançamos como sociedade se desfez frente aos retrocessos recentes. Políticas públicas fundamentais em todas as áreas foram desmontadas e recursos públicos foram apropriados por interesses privados.

Seja com as reformas trabalhista e da previdência, seja com as privatizações de serviços e indústrias estratégicas, as ações do governo foram no sentido de ampliar os ganhos dos ricos e privilegiados e aprofundar o sofrimento e a exploração dos mais pobres.

A ciência e a tecnologia foram abandonadas, fazendo do agronegócio exportador e da extração predatória e irracional dos recursos naturais os pilares da economia. Do combate a esse modelo econômico dependem nossos avanços sociais.

Hoje enfrentamos a volta da fome, o aumento da pobreza e a crise na segurança pública, instituições são desmontadas ou aparelhadas para abrir caminho a desvios de finalidade.

O poder executivo tem sido o grande responsável pelos retrocessos, de modo que cabe ao poder legislativo promover barreiras e lutar por dispositivos legais que bloqueiem tal devastação. Entretanto, são inúmeros os exemplos de alterações ou revisões legais visando ampliar a destruição ambiental, restringir direitos de cidadania, atacar povos indígenas e quilombolas, inviabilizar instituições públicas. É na contramão destes projetos que precisamos atuar com urgência e firmeza.

Do teto dos gastos às demarcações de terras indígenas e liberação de venenos e agrotóxicos, o congresso e as assembleias legislativas mais reacionárias de nossa história recente têm sido responsáveis por aprofundar o sofrimento do povo e a desigualdade.

Retomar o executivo em nome de um projeto democrático popular é imperativo, mas não menos importante é conquistarmos representação deste mesmo projeto de superação democrática das catástrofes políticas atuais nas câmaras e assembleias legislativas.

Um mandato popular e coletivo



A crise da democracia que vivemos significa que ela nunca se realizou como deveria. Essa crise se manifesta como descrença no sistema político e o ressurgimento de projetos autoritários sob o signo da “nova política”, mas que são velhos e ligados ao que há de mais retrógrado: um projeto de país dependente e de sociedade desigual, fundamentado na violência e na exploração.

Diante disso, é normal que pessoas pensem que não tem jeito, que a política não presta, não ajuda, que nada vai mudar. Mas isso não é verdade! Esse desânimo pega todo mundo quando a organização da sociedade não está clara, quando os espaços de nosso Estado não são conhecidos e raramente estão abertos a informar e a lutar pela população.

É preciso que possamos resolver juntos os problemas urgentes de nossas vidas. Juntos: trabalhadores, estudantes, a população em geral, articuladas com a política que nos representa nos espaço de decisões sobre leis e sobre o uso do dinheiro público!

Por isso respondemos a essa crise com a ousadia de propor um aprofundamento da

ideia de democracia, reivindicando novas formas de construção política que avancem na direção da participação popular e do direcionamento do Estado para o bem público, buscando a efetivação de direitos e a construção de política públicas para atender às demandas sociais.

O mandato coletivo é um passo nessa direção!

Somos mais de sessenta pessoas, atuando em diversas áreas, com diversas formações e de todas as regiões do estado de São Paulo. Nosso grupo é a força que impulsiona essa candidatura e que estará na base da futura atuação parlamentar, baseada em um conselho deliberativo amplo e enraizado nas comunidades e organizações a que pertencemos.

Para conhecer um pouco mais sobre o coletivo:

[DJALMANERY.ECO.BR/TRAJETORIA-DI](https://djalmanery.eco.br/trajetoria-di)

Leia o Estatuto do coletivo:

[BIT.LY/ESTATUDOMANDATOPOPULAR](https://bit.ly/estatudomandatopopular)

A portrait of Djalma Nery, a man with a beard and long hair, wearing a white polo shirt with a blue and white geometric pattern. He is standing outdoors with green foliage in the background. The name "Djalma Nery" is written in large white letters over the right side of the image. Below the name is a green double arrow pointing to the right.

Djalma Nery

Diversas propostas de mandato coletivo que surgiram recentemente partem de construções não institucionais, mas precisam ser reconhecidas dentro da formalidade do processo eleitoral e representativo. Além disso, é preciso garantir a responsabilidade e representatividade em relação ao coletivo que delibera as linhas políticas de um mandato.

O representante que formaliza e representa esta candidatura do Mandato Popular Coletivo é Djalma Nery.

Hoje vereador na cidade de São Carlos, também representando um mandato coletivo, Djalma tem se destacado pela combatividade a favor das pautas progressistas e na resistência aos retrocessos impostos pela ascensão

de políticas reacionárias. Seu histórico como ambientalista e sua vocação democrática foram o ponto de partida de uma vitoriosa trajetória política.

Formado em Ciências Sociais (UNESP) e mestre em Ciências pelo programa de Ecologia Aplicada do CENA/USP – ESALQ, professor da rede pública estadual de ensino e ambientalista com amplo trabalho na difusão da permacultura e da agroecologia, Djalma Nery tem um histórico de ativismo político pautado pela construção coletiva.

Agora coloca essa trajetória a favor do Mandato Popular Coletivo, com a tarefa de ser sua figura pública na Assembleia Legislativa de São Paulo.



Programa

Conheça os **eixos e propostas** de nossa campanha!

A representação parlamentar do Mandato Popular Coletivo segue um programa que é a síntese de orientações e propostas políticas de um grupo diverso e coeso.

A atuação efetiva do Mandato Popular Coletivo representado por Djalma Nery seguirá as diretrizes aqui apresentadas, tanto nos votos quanto nas proposições legislativas.

Este programa, que procura responder em sua forma à necessidade de aprofundamento do modelo democrático, deve ser entendido como um objeto político aberto. As formulações aqui presentes poderão sempre incorporar novas direções trazidas por movimentos sociais, coletivos e ativistas de diversas áreas que se alinham com nossa visão política.

O trabalho iniciado aqui não se esgota neste processo eleitoral e será aprofundado ao longo do futuro mandato, expandindo e consolidando nosso horizonte programático. A partir destes eixos desenvolvidos será possível também atuar em colaborações contínuas e espaços de formação política.

Aqui apresentamos os eixos principais do nosso trabalho colaborativo!



Meio Ambiente

Todos os anos as notícias se repetem: enchentes, queimadas, mortes, pessoas perdendo suas casas. Há pouco tempo, no estado de São Paulo, tivemos tempestades de areia avançando sobre os campos e as cidades, além de vermos espantados o céu escuro em plena tarde, tomado pela fuligem das queimadas. Venenos e pesticidas contaminam os alimentos e resíduos de microplásticos já foram encontrados circulando no próprio corpo humano.

Precisamos discutir amplamente o modo de vida que está destruindo paulatinamente o mundo em que vivemos. É urgente debater modos de assegurar um desenvolvimento social e econômico que não implique, como hoje, a destruição da vida. As políticas públicas voltadas ao meio ambiente devem garantir que a desigualdade econômica e a desigualdade alimentar sejam combatidas no curto prazo: a fome e a sobrevivência não permitem esperar! É a partir daí que poderemos construir uma dinâmica social mais solidária, o que inclui prioritariamente um modo de vida que não apenas preserve o meio ambiente, mas que seja integrado a ele.

Este é o eixo principal de nosso projeto político porque dele depende qualquer outro aspecto de nossas vidas: antes de tudo, é preciso garantir a existência, uma existência digna e saudável.

Portanto, a questão ambiental não pode mais ser ignorada, nem deslocada a um segundo plano. Este é um equívoco que não podemos mais cometer. Enquanto a destruição dos recursos naturais, o aumento da poluição e as mudanças climáticas avançam como nunca, a maioria da classe política se mostra indiferente à questão ou, muitas vezes, é cúmplice desse processo destrutivo e lucrativo. Diversos interesses econômicos encontram na destruição do meio ambiente formas de aumentar lucros, o que agrava imensamente a desigualdade social.

Somos um país que nunca se dedicou a repensar a questão agrária, organizada segundo grandes latifúndios, terras invadidas por grileiros e florestas e biomas diversos devastados. As condições ambientais urbanas também sofrem com ausência de políticas públicas que diminuam significativamente os níveis de

poluição que adoce a população, que garantam um sistema de esgoto a todos, que evite enchentes e permita o uso de água saudável. É impossível falar de mobilidade urbana, lazer, saúde e acesso a cultura e educação sem cuidar dos espaços onde circulamos e das condições de alimentação e saneamento.

Queremos ser uma voz forte na contramão do agronegócio, da monocultura que destrói nossos solos e impede a produção de alimentos, que retira as condições de vida dos animais, uma voz contra o uso indiscriminado de venenos e pesticidas, contra a exploração predatória de recursos minerais, da água, da terra.

Nossas vozes estarão sempre a favor da agricultura familiar, da permacultura, da alimentação, do tratamento de resíduos e da recuperação do meio urbano. Apoiaremos o fortalecimento institucional de defesa de indígenas, quilombolas e de suas áreas demarcadas, assim como estaremos dedicados ao monitoramento e à fiscalização necessárias para a defesa do meio ambiente. Muitos de nós já atuam na educação ambiental, o que será aprofundado e fortalecido pelas políticas públicas ambientais que pudermos conquistar! Para isso, precisamos de você!

Propostas:

1

Fortalecimento das instituições e estruturas diretamente ligadas ao meio ambiente (Cetesb, CFB, Fundação Florestal, IPA, etc), ampliando os trabalhos de fiscalização, monitoramento e serviços ambientais.

2

Assegurar que a matriz curricular da Secretaria Estadual de Educação contemple temas relacionados à educação socioambiental.

3

Ampliação dos investimentos em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias voltadas à preservação ambiental e ao tratamento de resíduos.

4

Priorizar os investimentos e legislações voltadas à reforma agrária, à permacultura, à agricultura orgânica, familiar e sustentável, fortalecendo os pequenos e médios agricultores, combatendo o latifúndio e o uso indiscriminado de agrotóxicos.

5

Preservação dos recursos hídricos através de programas de recuperação de matas ciliares, por implementação de corredores agroecológicos e planejamento urbano, ampliando áreas verdes.

6

Ampliação dos serviços de coleta, tratamento e reciclagem de resíduos. Criação de Ecopontos e de programas de compostagem voltados à coleta de resíduos orgânicos.

7

Reverter a política recente de desmantelamento das instituições e políticas públicas voltadas à preservação ambiental, assim como a privatização predatória dos parques estaduais e patrimônios naturais de São Paulo.

8

Incentivo ao ecoturismo rural e gastronômico, fomentando o desenvolvimento local.

9

Mitigação e enfrentamento das mudanças climáticas, baseando-se nas orientações e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

10

Criação de um programa estadual de proteção a defensores da natureza (indígenas, assentados e ativistas) e fortalecimento da Polícia Ambiental e Guardas Municipais.

11

Criação de pontos de distribuição de alimentos agroecológicos dentro de comunidades urbanas incentivando a criação e expansão de CSAs (Comunidades que Sustentam a Agricultura) e fortalecendo a relação entre comunidades rurais e urbanas.

12

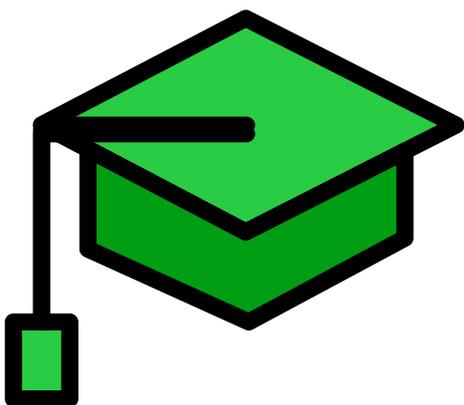
Criação do circuito conservacionista e de ecoturismo "Rota da Araucária"

13

Compromisso de que a cada voto recebido nas eleições de 2022 plantaremos e manteremos os cuidados sob uma árvore ao longo do período do mandato. As árvores serão plantadas em locais públicos e áreas de preservação das regiões onde os votos forem recebidos e não beneficiarão individual e diretamente nenhum eleitor ou cidadão.

14

Proposta de Emenda à Constituição Estadual de SP para o reconhecimento da Natureza enquanto sujeito de direitos, alinhada ao debate jurídico mais atual e responsável no campo do direito ambiental internacional



Educação

A escola pública é não apenas espaço de aprendizagem, mas também de socialização, convívio, solidariedade e construção da cidadania. Também é reconhecido o seu papel como suporte familiar, provendo orientação e informação, de forma direta aos responsáveis ou através dos alunos, ou, nas comunidades mais vulneráveis, assegurando alimentação e integração social. Por isso, deve ocupar lugar central no orçamento público e ser assegurada sua universalidade e gratuidade.

A matriz curricular deve ser voltada a uma formação consciente e crítica, incluindo temas fundamentais ao desenvolvimento do aluno e sua contextualização social, como o ensino da história e cultura afro-brasileiras, em um ambiente de respeito à diversidade étnica, racial, sexual e religiosa, e com uma educação laica e baseada na tolerância.

Acreditamos no sistema de ensino democrático e participativo, em que o aluno seja incentivado a buscar conhecimento de forma livre, mas apoiado por professores capacitados e preparados para uma educação libertadora. Para isso, é necessária a valorização da carreira

docente e do quadro de funcionários: melhoria do plano de carreira, elevação do piso salarial dos professores, fim do trabalho não remunerado exercido fora da escola e a realização de concursos públicos para suprir a falta de docentes e absorver aqueles já exercendo a atividade de forma precária.

A melhoria das condições de ensino também passa pela redução de alunos por sala, pelo fim do assédio moral implicado nas regras produtivistas, no investimento na conservação e ampliação da infraestrutura das escolas – bibliotecas, espaços esportivos, culturais e de convivência – e na desburocratização das atividades administrativas e pedagógicas, com a valorização do empenho nas práticas de formação dos estudantes.

Os programas de alfabetização para jovens e adultos precisam ser fortalecidos, com políticas de busca ativa e de incentivo à integração desse público. As políticas públicas para a inclusão de PcD (pessoa com deficiência) no ambiente da educação básica e do ensino superior devem ser ampliadas e aprimoradas.

O ensino superior não apenas é uma etapa fundamental da formação profissional, mas também tem caráter estratégico para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacionais. No último período político, recorrentes ataques e ações de desmonte têm desestruturado e asfixiado o trabalho nas universidades públicas e institutos de pesquisa, como os grandes cortes orçamentários. É urgente reverter esses ataques e restaurar as políticas públicas de fomento à pesquisa, de assistência estudantil e de expansão do ensino superior.

Somos comprometidos com a pauta da educação pública em seus diferentes níveis. Sem uma educação de qualidade não há futuro.

Propostas:

1

Valorização da carreira docente e do quadro de funcionários por meio da melhoria do plano de carreira, elevação do piso salarial dos professores, fim do trabalho não remunerado exercido fora da escola e a realização de concursos públicos para suprir a falta de docentes, absorvendo aqueles trabalhando com contratos temporários e precarizados.

2

Melhoria das condições de ensino com a redução do número de alunos por sala, fim do assédio moral implicado nas regras produtivistas, investimento na conservação e ampliação da infraestrutura das escolas – bibliotecas, espaços esportivos, culturais e de convivência – e desburocratização das atividades administrativas e pedagógicas, com a valorização do empenho nas práticas de formação dos estudantes.

3

Implementar medidas de suporte ao novo ensino médio, visando a oferta de um currículo adequado à realidade local e às expectativas de aprendizagem, permitindo a construção de itinerários de formação autênticos. Para isso, devem ser ampliados o quadro docente e os espaços de trabalho, oferecidas capacitações específicas e reforçada a alimentação estudantil visando a permanência integral.

4

Assegurar que os itinerários formativos do Novo Ensino Médio atendam à formação ampla voltada ao exercício da cidadania e à escolha profissional, evitando a precarização do currículo.

5

Acompanhar e fortalecer o Conselho Estadual de Educação, garantindo composição paritária de membros indicados e membros eleitos, assim como a participação de todas as regiões do estado de São Paulo.

6

Reforçar a gestão pública e sua qualificação, com profissionais que conheçam as realidades da educação e da sociedade, que dominem as políticas públicas do setor e que sejam pautados pelo interesse público e pela formação para a cidadania.

7

Fortalecimento do programa de alfabetização para jovens e adultos, com políticas de busca ativa e de incentivo à adesão desse público, além da construção de um currículo e de práticas pedagógicas adaptadas e apropriadas a suas condições cotidianas.

8

Ampliar, aprimorar e assegurar as políticas públicas para a inclusão da PcD (pessoa com deficiência) no ambiente da educação básica e do ensino superior, com o mapeamento e acompanhamento dos alunos, aumento do quadro de professores de apoio e adaptação da estrutura educacional.

9

Retomada da expansão do ensino superior e da produção acadêmica, com a ampliação das vagas nas universidades públicas e a destinação de recursos à pesquisa.

10

Fortalecimento das políticas públicas de assistência estudantil e de permanência na Universidade Pública, atuando na redução das condições de desigualdade e acesso.



Cultura

O Plano Nacional de Cultura (2010) aponta três dimensões que devem ser levadas em consideração ao elaborarmos políticas públicas para o setor, entendido como uma área estratégica de desenvolvimento social: a simbólica, que valoriza e incentiva as diversas manifestações culturais e suas diversas linguagens artísticas; a cidadã, em que a cultura é entendida como direito básico constitutivo e imprescindível à cidadania; e a econômica, entendida como fator de geração de emprego e renda. Estas diretrizes precisam ser replicadas nas políticas estaduais.

As ações da gestão pública são fundamentais para o fomento cultural, com o Estado atuando na indução de proposições, financiamento de projetos, logística institucional e apoio diversificado às diversas iniciativas do setor.

Cabe ao poder público dar suporte aos municípios em suas formulações e iniciativas culturais. Para potencializar esse trabalho, é necessário o mapeamento de dados e demandas, de forma a indicar regiões e municípios não atendidos e, a partir disso, determinar ações a serem cumpridas no desenvolvimento local. Finalmente, é necessário destinar financiamento e capacitação para a elaboração de

projetos e políticas públicas culturais, permitindo a democratização do acesso aos editais e verbas orçamentárias.

As políticas públicas devem ser elaboradas e conduzidas por profissionais qualificados e com conhecimento técnico para os cargos de gestão cultural. A formalização profissional é uma necessidade em uma área gerida por cargos que muitas vezes são comissionados e desqualificados.

Os diversos conselhos e fóruns devem ter seu caráter democrático fortalecido, assegurando seu sentido público e aprimorando seus mecanismos de participação. Também a fiscalização do cumprimento da legislação cultural deve receber atenção, seja no interior dos espaços participativos ou na atividade parlamentar.

Por fim, defendemos a compreensão ampliada da cultura, não restrita às manifestações artísticas já consagradas. As políticas culturais também devem valorizar a cultura popular e as matrizes afro-brasileiras e indígenas. Devemos acolher, no funcionamento dos mecanismos de financiamento estaduais e municipais, economias de base comunitária, circular e solidária, agregando coletivos e grupos de manifestações artísticas e culturais diversas e plurais.

Propostas:

1

Proposição do Programa “município cultural”, criando um mapa de ações estaduais que os municípios devem cumprir para o desenvolvimento local da cultura (pautado no Sistema Nacional de Cultura e na democracia cultural); o cumprimento das ações gera “selos” que poderão ser revertidos em pontos na concorrência para o Programa de Ação Cultural de São Paulo (PROAC);

2

Ações diretas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo nos municípios, com capacitação para a elaboração de projetos, com o objetivo de democratizar o acesso dos municípios aos Editais do Programa de Ação Cultural de São Paulo (PROAC);

3

Acompanhar e fortalecer o Conselho Estadual de Cultura, garantindo composição paritária de membros indicados e membros eleitos, assim como a participação de membros de todas as regiões do estado de São Paulo.

4

Garantir a participação do Conselho Estadual de Cultura nas discussões e proposições de políticas públicas para a cultura do estado, assim como na formulação de regras e diretrizes para a distribuição dos recursos do Programa de Ação Cultural de São Paulo (PROAC) (art. 10 da lei 12.268/06)

5

Ações para reduzir a informalidade entre os profissionais da cultura, através da facilitação dos processos e da redução do custo do trabalho formal, além de buscar formas de lidar com as contradições legais, tendo em vista que a legislação não inclui todas as categorias dos profissionais da cultura.

6

Destinar emendas parlamentares à coletivos e grupos de manifestações artísticas e culturais de base comunitária (com prioridade para os não atendidos pelas leis emergenciais), levando em conta a diversidade e a democracia cultural.

7

Que o funcionamento dos mecanismos de financiamento estaduais e municipais contemplem as atividades culturais de base comunitária, de forma que a cadeia de produção artística cultural não reproduza as desigualdades sociais.

8

Realizar mapeamento de dados e demandas, considerando as ações da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, de forma a indicar regiões e municípios não atendidos pelo estado, visando futuras ações de fomento.

9

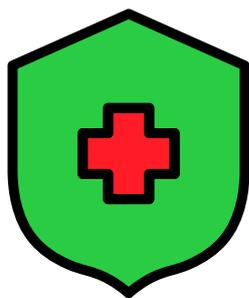
Estabelecer a obrigatoriedade de conhecimento técnico para os cargos de gestão cultural em todo estado de São Paulo, comprovado por concurso público, dessa forma evitando que esses cargos sejam preenchidos por gestores sem preparo ou conhecimento da área cultural e artística.

10

Incentivo à utilização de softwares livres na gestão pública, fomentando a cultura da democracia digital e das tecnologias abertas.

11

Promoção da Cultura de Paz e dos Direitos Animais como parte da grade curricular das escolas estaduais e por meio de campanhas e ações de sensibilização e difusão.



Saúde

A saúde é um direito humano fundamental que deve ser assegurado pelo Estado através de suas instituições, de forma coordenada entre governo nacional, estados e municípios. A sua mercantilização como serviço privado, restrito a quem tem maior poder aquisitivo e pode pagar, fere os princípios da igualdade e da solidariedade, aprofundando a distância entre ricos e pobres, o que se traduz em maior exploração, sofrimento e morte.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi concebido para efetivar o direito à saúde, assegurando a universalização do acesso e a gratuidade em todo o território, de forma descentralizada, coordenada e integrada. É preciso garantir a continuidade, melhoria e ampliação do SUS, hoje ameaçado pelo desmonte promovido pelo Estado.

A consolidação dos princípios e diretrizes do SUS, bem como das deliberações dos seus órgãos colegiados e das conferências de saúde, tem como finalidade o resgate de sua dimensão política com ênfase na gestão pública e na participação popular, assim como a atuação de legisladores comprometidos com sua garantia e melhoria.

O fortalecimento da gestão pública, com o combate à corrupção, à ineficiência e à má gestão, se dá pela visibilidade e transparência,

de forma participativa e descentralizada, fomentando fóruns e conselhos locais. Também é prioritário investimento na informatização e integração dos sistemas de dados, com a adequação de equipamentos, treinamento e qualificação das informações. Entre as principais demandas imediatas, é fundamental também ampliar o acesso à saúde e reduzir a espera por serviços, exames e procedimentos, realizar mutirões para a redução das filas de espera e ampliar a oferta de medicamentos.

Queremos fortalecer uma visão ampla de saúde!

Propostas:

1

Promover a atuação articulada e intersectorial da Secretaria da Saúde junto às demais secretarias, visando um planejamento integrado para otimização de recursos e estratégias de promoção da saúde.

2

Construir mecanismos para o fortalecimento da gestão pública participativa e descentralizada dos serviços da saúde, promovendo a eficiência e o combate à corrupção.

3

Acompanhar e fortalecer o Conselho Estadual de Saúde, garantindo composição paritária de membros indicados e membros eleitos, assim como a participação de todas as regiões do estado de São Paulo.

4

Criar meios para a consolidação de visibilidade e transparência dos atos públicos nos municípios e estado, com atualização sistemática dos dados e apresentação facilitada à população, por meio de auditoria e prestação de contas de recursos, gastos e investimentos públicos em Saúde.

5

Aprimorar e ampliar a informatização do sistema de dados da saúde através da adequação de equipamentos nas unidades de saúde e da realização de treinamento dos recursos humanos, integrando-o aos demais níveis e secretarias do governo estadual e tornando-o acessível à população.

6

Mapear os serviços e infraestruturas existentes na saúde, as ações prioritárias, o quadro e o dimensionamento de recursos humanos, com a finalidade de averiguar e atender às possíveis necessidades de expansão e contribuindo para a proposta de organização da rede de ações e serviços prestados sob responsabilidade do estado.

7

Criar programas estaduais de mutirão para o atendimento de demandas das especialidades com fila de espera e àquelas imprescindíveis aos cuidados de prevenção em saúde, com prioridade para os municípios com baixa população e ausência de infraestrutura de saúde.

8

Priorizar no orçamento estadual, para a contratação de profissionais da saúde, a destinação de recursos para os municípios com menores índices de desenvolvimento humano (IDH) e maiores agravos nos indicadores de saúde.

9

Promover a qualificação dos servidores da saúde por meio da educação continuada e permanente, conforme diagnóstico situacional das Redes Regionais e Interfederativas de Atenção à Saúde, possibilitando a realização via Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde (COAPES).

10

Evitar e reverter a precarização do trabalho dos profissionais da saúde, que se dá através das práticas de terceirização ou privatização dos serviços, que desresponsabiliza o estado de assegurar os direitos na saúde.



Direitos Humanos

A ideia de Direitos Humanos é uma diretriz de cidadania e respeito às pessoas que envolve muitas frentes de luta. É preciso estabelecer políticas claras em defesa do direito à vida e do direito à dignidade. Seremos uma voz incansável na defesa da diversidade de modos de vida e na luta contra as várias formas de preconceito que comprometem a paz e a igualdade em nossa sociedade.

É preciso garantir os direitos de todas, todos e todes à liberdade, à participação na riqueza coletiva, o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à cultura. Sabemos que muitas pessoas têm tido esses direitos violados por políticas de violência e preconceito, por omissões ou até mesmo por propostas que segregam e desprezam a diversidade, reforçando as estruturas mais perversas de nossa sociedade.

Neste sentido, levantamos alguns pontos fundamentais de nosso posicionamento sobre questões ligadas aos direitos humanos:

A comunidade LGBTQIA+ teve, na última década, conquistas no campo dos direitos e do reconhecimento. Mesmo assim, ela também continua sendo foco da ascensão reacionária e do moralismo político, que não apenas repõe e legitima violên-

cias históricas, como faz uso delas com a finalidade de ganhos políticos, reforçando preconceitos, desinformação e segregação. A resposta a isso é a reafirmação do respeito à diversidade sexual e de gênero como valor fundamental na construção e ampliação de políticas públicas e na efetivação de direitos, acolhendo com especial atenção os grupos mais vulneráveis.

O combate às opressões de gênero e raça passam não apenas pela educação e desconstrução de valores e símbolos, mas, sobretudo, pela intervenção nas estruturas sociais em que se reproduzem e perpetuam como condições de existência naturalizadas. A incorporação das pautas das mulheres e de negras e negros nas políticas públicas é fundamental para superar o patriarcado e o racismo. Políticas de cotas e paridade, equiparação salarial entre gêneros, políticas de permanência para romper a vulnerabilidade econômica, investimento em pesquisa e em abordagens curriculares de temas relacionados a gênero e raça, combate às diversas formas de violência contra a mulher e direito ao aborto são algumas das agendas a serem fortalecidas e que dependem de uma atuação legislativa comprometida.

Outro ponto sensível e urgente é a segurança pública, que não pode ser pensada somente do ponto de vista do sistema punitivo e da lógica do encarceramento, que atua de forma racista e fortalece o crime organizado. Atuar de forma sistêmica na prevenção deve ser a prioridade no desenho das políticas públicas de segurança. As forças policiais devem ser bem preparadas e remuneradas e os agentes policiais precisam ter consciência de seu papel como agentes do Estado, incumbidos de resguardar o direito e a defesa da cidadania.

Por fim, para assegurar a vida política plena e a luta pela efetivação de direitos, assim como uma educação ampla e inclusiva, é preciso defender a diversidade de pensamento e crença, em um Estado laico que garanta o exercício da liberdade de expressão e religiosa.

Propostas:

1

1. Ampliação das políticas públicas de assistência e acolhimento à pessoa LGBTQIAP+ vítima de violência, situação de rua ou vulnerabilidade econômica.

2

Fortalecimento, na área da saúde, do atendimento especializado à comunidade LGBTQIAP+, assim como o treinamento desses profissionais no atendimento e acolhimento adequado à comunidade.

3

Construção de Frente Regional LGBTQIAP+ abarcando o Aglomerado Urbano Central do estado de SP, tendo São Carlos como cidade-sede e incorporando outros 25 municípios do entorno.

4

Fortalecer o acesso à universidade pelo sistema de cotas raciais e a ampliação dos mecanismos de permanência através de bolsas e assistência estudantil.

5

Atuar junto aos sistemas de justiça e segurança pública para conter as violências sistêmicas contra a população negra, com políticas públicas que atuem sobre a violência policial e o racismo estrutural.

6

Ampliação dos programas e da rede de combate à violência contra a mulher: delegacias especializadas, abrigos, medidas protetivas e suporte financeiro.

7

Atuar para que as políticas públicas penais promovam a redução do encarceramento, o auxílio às famílias e a ressocialização dos encarcerados.

8

Garantir que as forças policiais sejam bem preparadas e remuneradas, assegurando seus direitos ao descanso, à qualidade de vida e à saúde mental, assim combatendo a precarização do trabalho.

9

Atuar para que a segurança pública não seja pensada pela lógica punitiva e do encarceramento, mas que seja sistêmica e preventiva, através de investimento em cultura, educação e redução da desigualdade social.

10

Fiscalizar a execução das leis que regulamentam a segurança pública no estado de São Paulo, como a Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo, não permitindo militares comandando forças civis e combatendo a militarização das forças civis (como previsto no SUSP).

11

Lutar por implantação de DDMs (Delegacias da Mulher) pelo interior de São Paulo, assim como a ampliação das existentes, visto a crescente violência contra a mulher bem como o desamparo do poder público, garantindo: horários estendidos; capacitação para os policiais das unidades; e integração com as demais secretarias para o devido acolhimento quando necessário.

12

Garantir a implantação do plano nacional de mobilidade urbana em todos os municípios paulistas, sobretudo com mais de 50 mil habitantes.

13

Assegurar que a matriz curricular da Secretaria Estadual de Educação contemple temas relacionados aos direitos humanos.

14

Apoio institucional, político e financeiro às comunidades indígenas e quilombolas do estado de São Paulo.

